



Ideias

EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO I, número 4 – Agosto / 2006

PAZ!

- **Líder do PFL prejudica os servidores do Judiciário Federal**
- **Itamar Franco: a vedete aposentada**
- **Palestina: um silêncio repugnante**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL - SAMES

1º PREV.COR DO TRE/RJ

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS DO CORAÇÃO”

FAÇA AVALIAÇÃO DO SEU RISCO CARDIACO (® MEDIÇÕES DA GLICOSE
COLESTEROL - PRESSÃO ARTERIAL - CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL).

- **PERÍODO:** DA SEGUNDA SEMANA DE AGOSTO ATÉ O FINAL DE SETEMBRO.
- **LOCAL:** SAMES – 4º ANDAR PRÉDIO 194
- **HORÁRIO:** 14 ÀS 19 H – DIARIAMENTE
- **INFORMAÇÕES:** 3861-3117 / 3861- 3118 / 3861-3161

SAMES



Obs: Recomenda-se jejum de 4 horas.

Participe e ganhe um lindo brinde!!!

De olho na campanha eleitoral: chega de pregações golpistas e de baixo nível. A campanha eleitoral para presidente da República, deputados, senadores e governadores de Estado está nas ruas, embora muitos achem que ela só começa mesmo em 15 de agosto, com a abertura do horário gratuito na televisão e no rádio. Antes mesmo da disputa eleitoral esquentar, já se pode observar que alguns candidatos de oposição ao atual governo adotam uma linguagem de confronto pessoal, deixando de apresentar os seus projetos. É uma forma ultrapassada de fazer política. São vários os exemplos, sobretudo de políticos que em outros tempos apoiaram o regime autoritário que se abateu sobre o país a partir de 1964. Os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jorge Bornhausen (PFL-SC) deram início a série de ofensas pessoais e até mesmo pregando um golpe militar, como fez o parlamentar baiano ao defender a intervenção militar depois do episódio da ação do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST) no Congresso.

Bornhausen chegou até a pedir a unidade da direita para "acabar com essa raça", em alusão aos governistas eleitos democraticamente em outubro de 2002. O senador catarinense demonstrou com isso a que veio e de onde veio.

Recentemente, quando da segunda onda de violência urbana em São Paulo, protagonizada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), o candidato a presidente pelo PSDB, Geraldo Alckmin, e o seu vice, senador José Jorge (PFL), e o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra, acusaram o Partido dos Trabalha-

dores (PT) de ter vínculos com o crime organizado. Sem apresentar nenhum tipo de provas, os três, irresponsavelmente, fizeram a acusação, que teve muita divulgação na mídia conservadora. O caso acabou na Justiça com a abertura de uma ação judicial contra os acusadores feita pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini. O mesmo candidato a vice, José Jorge, já tinha dito, em discurso para os seus correligionários, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva bebia e não fazia nada. Acusações sem provas e linguagem de baixo nível, na verdade escondem o principal, ou seja, a falta de propostas ou até mesmo a falta de vontade política de apresentar realmente o que os candidatos pretendem. O Brasil vive numa encruzilhada histórica. Ou se afirma como nação ou poderá se tornar definitivamente um mero paraíso do capital financeiro. O povo vai escolher o seu destino para os próximos quatro anos e exige dos candidatos que informem o que de fato querem fazer caso sejam eleitos.

O povo quer saber, por exemplo, como os candidatos vão proceder em relação às estatais que ainda restam ou se vão passar a limpo a forma como foram feitas as privatizações no anterior governo do PSDB-PFL. Não se trata de moralismo, método também utilizado muitas vezes para desviar a atenção dos grandes problemas nacionais, mas uma exigência nacional. Em suma: basta de linguajar de baixo nível, basta de pregações golpistas e de moralismo que objetiva desviar a atenção dos grandes problemas nacionais que o país precisa enfrentar. Está na hora dos políticos apresentarem seus projetos, se é que possuem ■

SISEJUFE

Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas, 509/11º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2232-1004

PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Mário Augusto Jakobskind (RJ 13.389/JP)

REDAÇÃO e REVISÃO:

Max Leone (Mtb 18.091)

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO:

Claudio Camillo (Mtb 20.478)

ILUSTRAÇÃO:

Latuff

IMPRESSÃO:

PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda.
(6.500 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.



SISEJUFE-RJ na mobilização em Brasília	2	A opção pela dependência	11
Líder do PFL se nega a receber os servidores do Judiciário Federal	3	Parem o Genocídio	12
Jurídico: Ação civil pública em favor dos concursados do TRE	4	Escola Milton Santos: uma história de longa luta pela terra	14
Aposentadoria Compulsória: Qual a melhor maneira de reduzirmos o déficit previdenciário?	5	Violência doméstica: um passo à frente	15
A peste emocional	6	Uma prática comum que se repete no Brasil	16
Quando o legal é imoral	7	A vedete aposentada	19
Democracia x voto obrigatório	8	Escola Base: revista Veja é condenada a pagar R\$ 750 mil de indenização	20
Mostruário de besteiras brasileiras: uma homenagem a Stanislaw Ponte Preta	9	Eles querem voltar. Por quê?	21
Quando começa a Revolução cubana	10	Lições um povo injuriado	22
		Palestina: Um silêncio repugnante	23
		Como foi o começo	24

SISEJUFE-RJ presente na mobilização em Brasília



Integrantes do Comando Nacional de Mobilização conversam com o Deputado Alexandre Cardoso nos corredores da Câmara.

Os deputados encerraram o esforço concentrado dos dias 1º e 2 de agosto sem chegar a um acordo político para destrancar a pauta de votação do plenário da Câmara. O impasse continuou em torno da Medida Provisória (MP) 291/06, que trata do reajuste dos aposentados e pensionistas do INSS, que o PFL e o PSDB defendiam uma emenda com reajuste de 11,67%, provocando o trancamento da pauta e o conseqüente impedimento das votações, inclusive a do PCS. Esta MP sobre o reajuste dos aposentados e pensionistas está prevista para perder a validade no dia 10 de agosto, o que resultaria no destrancamento da pauta e, finalmente, permitiria a aprovação do nosso PCS no próximo

esforço concentrado dos dias 4, 5 e 6 de setembro. A mobilização da categoria em todos os Estados, portanto, continua. No primeiro dia do esforço concentrado de agosto, após quase uma hora de iniciada a ordem do dia, a sessão não obteve quorum para analisar o requerimento apresentado pela bancada do PFL para votar uma emenda aglutinativa em lugar da Medida Provisória 291/06. A emenda propõe um reajuste de 11,67% aos aposentados que recebem mais de um salário mínimo, além dos 5% previstos no texto original da MP. Mas as bancadas da oposição e do governo não entraram em acordo sobre esse índice. Em uma sessão posterior, foram constatados somente 183 votos dos 257

necessários para apreciar a emenda aglutinativa apresentada pelo PFL, não havendo quorum.

Os diretores da Fenajufe e os integrantes das delegações dos Estados, inclusive do SISEJUFE-RJ acompanharam os trabalhos na Câmara. Na oportunidade, os servidores conversaram com vários deputados e solicitaram o fechamento do acordo para destrancar a pauta do plenário e votar logo os projetos em tramitação, como os PCSs do Judiciário e do MPU. A delegação do SISEJUFE-RJ foi composta pelos diretores Otton Cid da Conceição (TRF) e Lucilene Lima Araújo de Jesus (aposentada do TRT) e pelos companheiros de base Gilbert Silva (JF-Venezuela), José Fonseca (TRF), Luiz Eduardo Ferreira Araújo (JF-Rio Branco).

Segundo Lucilene e Otton, os companheiros do Rio participaram ativamente de toda a mobilização das categoria em Brasília. Otton está otimista quanto a votação do nosso PCS no próximo esforço concentrado de 4, 5 e 6 de setembro. Desta vez, segundo Otton, com a pauta destrancada em função da perda de validade da MP 291/06 no dia 10 de agosto, finalmente o nosso PCS deve ser votado no próximo esforço concentrado.

De qualquer forma, a mobilização pela aprovação do PCS na Câmara dos Deputados continua. O envio de mensagens para os parlamentares também deve prosseguir. Na primeira fase da mobilização, visando o destrancamento da pauta nos dias 1º e 2 de agosto, a categoria em todo o país atendeu aos pedidos da FENAJUFE, mandando mensagens em massa para os deputados, que receberam cerca de 75 mil ■

Líder do PFL se nega a receber os servidores do Judiciário Federal

A batalha pela aprovação do projeto 5.845/05, que implementa o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Judiciário Federal continua. O embate, como se sabe, está sendo travado no Congresso e sofre a ação nefasta dos parlamentares da oposição, que criam problemas para desobstruir a pauta, o que permitiria a votação do projeto. No Rio de Janeiro, os diretores do SISEJUFE-RJ tentaram, em vão, agendar uma reunião com o líder do PFL, deputado Rodrigo Maia, para buscar uma saída. O parlamentar, do alto de sua arrogância, se recusa a recebê-los, num total desrespeito com a categoria e a sociedade.

Como se isso não bastasse, os demais parlamentares da oposição não aparecem no Congresso, prejudicando não apenas os interesses da nossa categoria, como os do país, por não votarem as medidas provisórias e outros projetos de lei que aguardam para serem analisados. A oposição faz política com p minúsculo e prejudica a nação inteira. Da parte do Executivo, o líder em exercício na Casa, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) garantiu que o governo desejava a votação das medidas provisórias que trancam a pauta da Câmara.

Os diretores do nosso Sindicato e da FENAJUFE continuam mobilizando a categoria na batalha pela aprovação do PCS. Nos dias 1º e 2 de agosto, por exemplo, a FENAJUFE convocou todas as entidades filiadas a organizarem caravanas para Brasília com o maior número possível de servidores. O objetivo é pressionar os deputados e convencê-los a fechar um acordo em torno das medidas provi-



Rodrigo Maia (E), o inimigo número 1 da categoria.

sórias polêmicas, para votarem os demais projetos. O Rio de Janeiro se fez presente com a ida de companheiros e companheiras à capital.

Além das pressões sobre os deputados, os senadores também estão sendo contactados porque, como se sabe, depois de aprovado na Câmara dos Deputados, os projetos seguem para a apreciação do Senado. Ou seja, vale sempre ressaltar que o PCS só será aprovado se a categoria mostrar, como tem feito até o presente momento, que está mobilizada e disposta a continuar lutando e fazendo pressão sobre os parlamentares. Além dos contatos com os parlamentares, o SISEJUFE-RJ e demais Sindicatos em todo o país organizaram outras atividades de mobilização, como assembléias, debates e visitas nos locais de trabalho, para

mostrar à categoria que é necessário intensificar a mobilização.

No Rio, a categoria realizou assembléias nas JF Rio Branco e Venezuela, no TRE e TRF, quando foram discutidos os possíveis desdobramentos para o destrancamento da pauta e consequente tramitação do PCS. Na ocasião foram indicados os representantes para irem a Brasília.

Entre outras formas de pressão a FENAJUFE encaminhou aos Sindicatos um modelo de carta, para ser enviada a todos os deputados, pedindo que eles fechem um acordo para destrancar a pauta de votação da Câmara. O objetivo é que todos os servidores do Judiciário Federal mandem o documento aos deputados e os convençam de agilizar as votações no esforço concentrado de 1º a 3 de agosto ■

Ação civil pública em favor dos concursados do TRE

O SISEJUFE-RJ entrou com uma ação civil pública em maio de 2005 com pedido de liminar para garantir a convocação e nomeação dos aprovados no concurso público de 2001 para o TRE. A iniciativa visa coibir as irregularidades no preenchimento dos cargos criados pela Lei 10.842/2004 para o TRE-RJ. Neste caso, prevalecendo a lei, podem ser chamadas cerca de 160 pessoas para as vagas. Todos os aprovados no concurso público de 2001 serão beneficiados com o julgamento favorável da ação.

Quem quiser fazer uma consulta basta acessar o portal da Justiça Federal e verificar o andamento do processo nº 2005.51.01.008296-3. Mais informações podem ser conseguidas na Assessoria Jurídica do SISEJUFE-RJ. Telefone 2232-1004, terças, quintas e sextas-feiras, de 14 às 18 horas com a Dra. Daniela Farrulla.

Pró-labore nos cartórios

O Departamento Jurídico do SISEJUFE-RJ está entrando com ações para que os chefes de cartórios recebam corretamente os pró-labores a que têm direito, impugnando assim a Resolução 158 que viola frontalmente a lei. Para entrar com o pro-

cesso são necessários: carteira de identidade, CPF ou carteira funcional e os contracheques antigos e atual.

Os juros de 11,98%

O colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, em sua última sessão, realizada em 29 de junho, o pagamento de juros moratórios à taxa de 1% ao mês, incidentes sobre as parcelas da diferença de 11,98%. Segundo informações publicadas no sítio do CJF, os valores serão pagos a todos os servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. A matéria foi aprovada por unanimidade, de acordo com o voto da relatora, desembargadora federal Diva Malerbi. A diferença de 11,98% foi paga aos servidores em decorrência da conversão dos seus salários de cruzeiros reais em Unidade Real de Valor (URV), pela Lei 8.880, em abril de 1994. Esta é a data em que os juros moratórios começam a ser devidos. Em 25 de maio deste ano, o Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também reconheceu esse direito aos seus servidores. Diante da deci-

são do CJF quanto ao pagamento administrativo, referente aos juros de 11,98%, o SISEJUFE-RJ deixará de ajuizar ações para os servidores da Justiça Federal e Tribunal Regional Federal. Quanto aos servidores do TRT, o SISEJUFE-RJ dará prosseguimento ao ajuizamento, uma vez que não há previsão de pagamento administrativo.

Quintos do TRT

O Departamento Jurídico do SISEJUFE-RJ deu entrada, no último dia 19 de julho, na 27ª Vara Federal, em uma ação de antecipação de tutela. O objetivo da ação é impedir o prosseguimento do desconto da parcela dos Quintos do TRT.

O TRT tinha informado que a assessoria do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu, como direito dos servidores, a incorporação dos valores referentes aos quintos que começou a ser paga por este Regional. Houve folha suplementar em abril para pagamento aos servidores ativos e inativos das parcelas relativas a este mês. A administração do TRT afirmou que "o Tribunal está negociando com o TST a suplementação da verba necessária para o pagamento total, mas não há garantias ou previsão de datas" ■

ERRATA Por um problema técnico de edição, na matéria sobre a I Taça João Saldanha do nº 97 do jornal "Que Fazer?", página 8, não foram divulgados os nomes e os votos dos melhores goleiros e jogadores que formaram a seleção dos que participaram da competição. São os seguintes:
 Goleiros: Julio (5 votos) – 14 Bis; Roberto Ponciano (5 votos) – Chope Duplo; Rafael (5 votos) – Seman
 Jogadores: Vinícius (8 votos) – Chope Duplo; Washington (7 votos) – Seguranças; Leonardo (7 votos) – Chope Duplo; Rodrigo (6 votos) – Seman; Helbert (3 votos) – Emb. B; Robson (3 votos) – Emb. B; Fonseca (3 votos) – Emb. B; Bruno (3 votos) – Emb. B; Rodrigo (3 votos) – Emb. B; Bruno (3 votos) – Justiceiros; Naldo (2 votos) – Justiceiros; Og (2 votos) – Amontoados; Iuri (2 votos) – Seguranças; Jorge (2 votos) – Seguranças; Vinícius (2 votos) – Seman; Michel (2 votos) – Chope Duplo; Schiavini (2 votos) – Chope Duplo.

Qual a melhor maneira de reduzirmos o déficit previdenciário?

Janaina Gomes*

Sob a alegação de que o aumento da expectativa de vida dos brasileiros para 68 anos desequilibrou a proporção entre trabalhadores ativos e inativos e que vários trabalhadores acima dos 70 anos mantêm plena a sua capacidade produtiva, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/05, assegurando a aposentadoria compulsória aos 75 anos. Ela modifica o limite etário para servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Porém, antes mesmo de sua aprovação, a PEC 457/05 tem causado polêmica. A proposta foi aprovada no plenário do Senado, para o servidor de modo em geral, mediante regulamentação em lei complementar, mas com aplicação imediata para os ministros do STF, Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União, condicionada a continuidade do interessado em permanecer no cargo à nova sabatina.

A comissão especial na Câmara sobre o assunto aprovou no início de junho o substitutivo do relator, deputado João Castelo (PSDB-MA) que eliminou a distinção entre os servidores e os magistrados e suprimiu a necessidade de aprovação da lei complementar. Segundo o parecer, a PEC "tende a colaborar com o equilíbrio das contas da Previdência Social, a aumentar a liberdade de escolha do servidor público quanto à melhor época de sua aposentadoria e facultá-lhe, em caso de benefi-



Reprodução

cio proporcional ao tempo de contribuição, a possibilidade de candidatar-se, na concessão, a proventos de maior valor".

Na instância do Poder Judiciário, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) alegam que a aprovação da PEC 457/05 dificultaria o natural curso da renovação dos quadros, causando "prejuízos irreparáveis à carreira". Alegam ainda que retardará ou inviabilizará a perspectiva de progressão dos juizes para os graus mais elevados. Considerando também a falta de estímulo nas instâncias inferiores, que, após longos anos em uma carreira, ao implementar as condições exigidas para a aposentadoria espontânea, poderão estar dispostos a se retirar dos quadros em proporção muito maior pela estruturação do Poder Judiciário.

O que deve ser colocado em xeque com relação à PEC, mais do que a

posição do Judiciário, é até que ponto a aprovação atende ao interesse público, da prestação dos serviços e, se é viável como forma de redução do déficit previdenciário. É inequívoco que uma pessoa na faixa dos 70 anos possui plena capacidade profissional, merecedora não apenas do reconhecimento e da admiração pela carreira a qual seguiu por valorosos anos, tendo como resultado a relevante contribuição para sociedade.

Não obstante a um estudo mais apurado da medida, se faz necessária a renovação dos quadros nas carreiras de Estado em geral e no Poder Judiciário, de forma que a alternância de seus membros seja fator de oxigenação dos quadros públicos. Devemos, porém, nos ater a criação de políticas públicas que contemplem a geração de emprego e renda, mais do que quaisquer outros instrumentos que modifiquem a Constituição. ■

(*) Jornalista do SINJUFEGO

A peste emocional



Rinaldo Martins de Oliveira*

Considero Wilhelm Reich – o pai da terapia reichiana – mais do que um grande psiquiatra: talvez o pensador que mais pesquisou a alma humana no século XX. Com o seu conceito da “peste emocional” desenvolvido no livro “Assassinato de Cristo”, escrito em 1947, pela primeira vez, Reich propôs detectar, por meio da análise do comportamento humano agressivo frente à energia vital (o que ele denominou no livro como “Vida Viva”, configurada na pessoa de Cristo), os elementos primários geradores do mal da humanidade e instauradores dos megasistemas de poder pelos quais este mal humano viria a se propagar nas sociedades.

Reich defende a tese de que os seres humanos sofrem desde os primórdios da sua existência uma rigidez muscular crônica herdada e intensificada de geração em geração, resultando na grave obstrução da circulação no corpo de energias biófilas (relativas ao impulso à vida, na expressão do psico-sociólogo Eric Fromm). A “peste emocional” consis-

te numa espécie de vírus que, impertinente e impiedoso, atinge os organismos vulneráveis tornando-os não só ainda mais incapazes de sentir e usufruir a energia vital (a qual Reich depois veio denominar “orgone”), como também responsáveis por engendrar no subconsciente e inconsciente humano percepções, sentimentos e valores necrófilos (relativos ao impulso à morte), atingindo, por fim, o âmago do caráter.

A dimensão revolucionária da tese de Reich (resultando-lhe em cruéis perseguições pelos fascistas, comunistas e capitalistas da época) está na afirmação de que os males encontrados em grande escala nas sociedades não são frutos dos sistemas de poder mas, antes, consequência do próprio caráter neurótico das massas humanas.

Para Reich, o escravismo, o totalitarismo, o fascismo, o nazismo, o capitalismo e todos os outros “ismos” que no passado tiraram a vida das sociedades, no fundo, paradoxalmente, não passaram de aberrações criadas pelas próprias massas humanas. De acordo com sua tese, Jesus não foi morto pelo poder religi-

oso e político da sua época. Seus detentores foram apenas executores da vontade deliberada das massas humanas que no decorrer dos séculos criam e recriam carrascos como Hitler, Nero, Gengis Kan, Stalin, Bush, preparados para dizimarem quantos “Cristos” forem necessários a fim de que se preserve intacto o culto coletivo dominante à morte e à barbárie.

O caráter dos homens é que, portanto, para Wilhelm Reich, deve ser radicalmente transformado, sem que a humanidade padeça na expectativa vã de um líder ou um “ismo” qualquer vá lhe salvar e lhe trazer novamente à vida os homens de boa vontade. Para Reich, estes existem apesar de também serem afetados pela peste emocional. Eles serão os responsáveis pelos primeiros passos rumo à ruptura deste mal enraizado e do resgate da energia vital que, apesar de reprimida, continua guardada no interior dos homens e no cosmos na espera de ser ativada e potencializada por cada um, livremente, como Cristo o fez plenamente ■

(* Servidor do TRE-RJ)

Quando o legal é imoral

Reprodução



Luciana Villar*

A Na semana passada, meu estagiário Thiago, precisando fazer um trabalho universitário, pediu-me exemplo de algo que, apesar de amparado pela lei, seria condenável do ponto de vista moral. Confesso que não estava de todo desprevenida. Pelo contrário, venho refletindo muito sobre o assunto desde que um conhecido meu foi pego de surpresa ao saber de sua exoneração do cargo de confiança que ocupava no TRE, pelo Diário Oficial. Pergunta-se: tal fato é legal? Sim. É moral? A meu ver, não. Ainda mais, por ser servidor concursado, ver-se substituído por alguém que não pertence ao quadro. Aliás, com esse detalhe, passou a ser tal fato ilegal? Também não. Mas chega a ser imoral? Penso que, em pleno Século XXI, sim.

Quando cursava a faculdade de Direito, ouvia os professores repetirem que a realidade surpreende a lei. Ou seja, faz

parte da própria lógica jurídica estar sempre um pequeno passo atrás das transformações vivenciadas pela sociedade. Tal anacronismo nada tem de absurdo. Pelo contrário, é consequência mais do que natural da rápida mutação dos costumes sociais. Agora, quando esse atraso jurídico extrapola os limites do bom senso, além de absurdo, passa a incorrer em inúmeras injustiças.

Assim, quando uma lei, vigente em 2006, permite que se retire uma função de confiança sem qualquer espécie de aviso ou justificativa, ela já está, no mínimo, 118 anos atrasada. Ultrapassada, também, está uma lei que ainda permite o ingresso de alguém no serviço público sem prestar concurso.

É moral conviver com uma pessoa diariamente, saber de suas necessidades, dívidas e compromissos e, ainda assim, retirar dela parte do salário de um dia para outro, sem lhe dar qualquer justificativa, deixando que ela passe pela humilhação de saber pela publicação em Diário Ofici-

Tempos modernos

Não se pode admitir que as regras válidas para a vida pública estejam atrasadas se comparadas com aquelas que regem a vida privada. A moral pública deve ser um plus com relação à moral comum, a fim de lhe inspirar o exemplo. Depois de todos os avanços conseguidos pela humanidade no campo da moral e da ética, é absolutamente intolerável que o ordenamento jurídico continue a legitimar uma prática tão hedionda. Já é hora de exigirmos que o serviço público se coadune com as conquistas do espírito. Somente assim, a geração do Thiago vislumbrará a sociedade livre, justa e solidária que foi prometida à minha – e que ainda não foi cumprida.

al? Ou, pior ainda, é moral esperar um servidor sair de férias para, só na volta, comunicá-lo de que enquanto esteve ausente, sua função foi retirada, como, muitas vezes, presenciei no TRF?

Muito se fala das traições, sabotagens e perversidades praticadas nas empresas privadas. Fala-se muito em desonestidade na condução da coisa pública, principalmente quando perpetrada por um funcionário em desfavor de um cidadão ou de toda a coletividade, como pode ser verificado diariamente nas editorias de política – ou de polícia – dos meios de comunicação. O que pouco se discute, no entanto, é a conduta ética que funcionários públicos devem ter uns com os outros. E a consequência mais desastrosa dessa falta de parâmetros é o crescente número de crimes de assédio moral no serviço público ■

(*) Servidora do Centro Cultural Justiça Federal.

Democracia x voto obrigatório



Clarisse Faria*

Logo no Artigo 1º da Constituição nos avisam que a República Federativa do Brasil é um estado democrático de direito. Democracia, como tão sabiamente definiu o presidente americano Lincoln: “Do povo, para o povo e pelo povo (abstraiamos, por enquanto, o subliminar “da América do Norte”).

Legal. E de tão inspirados, continuamos a leitura de nossa tão sublime Carta Magna. Até que chegamos ao art. 14 § 1º, I. Esse dispositivo nos atira à queima roupa que o voto é obrigatório (!?). Mas não disseram que a gente vive numa

Democracia? Pois é. Vai explicar...

O voto é, sem sombra de dúvidas, o mais importante instrumento de cidadania. Mas não o único. Em outras palavras: o fato de não se exercer o sufrágio não suprime a cidadania de ninguém. Vai até trazer conseqüências transtornantes, já que, por ser tratado como obrigação, seu não cumprimento implica em sanção (instrumento de coação). Mas não aliena minha cidadania. Isso não.

O voto possui natureza de direito. Direito que legitima a maioria e expressa a soberania popular. Todavia, direito não pode ser imposto. A imposição distorce o direito em obrigação. Aliás, é contraditório dizer-se “o direito ao voto é obrigatório”. Direi-

to é potencial, desfrutado, se conveniente. Não se obriga um povo a exercer sua soberania – e se subsiste essa obrigação, soberano esse povo não é. Sempre há aqueles que dizem: “mas sempre se poderá votar nulo ou em branco”. Sim, e daí?

Nem por isso se deixará de votar. O direito continua deturpado. E aí se desencadeia um problema maior ainda: a forma de legitimação da Democracia é o voto da maioria. Mas se esse voto é obrigatório, e portanto, desvirtuado, envenena-se o processo de Democracia.

Aliás, chamem de qualquer outra coisa, menos Democracia. Esta não casa com voto obrigatório ■

(*) Servidora da 24ª Vara Cível

Mostruário de besteiras brasileiras: uma homenagem a Stanislaw Ponte Preta

Fulgêncio Pedra Branca*

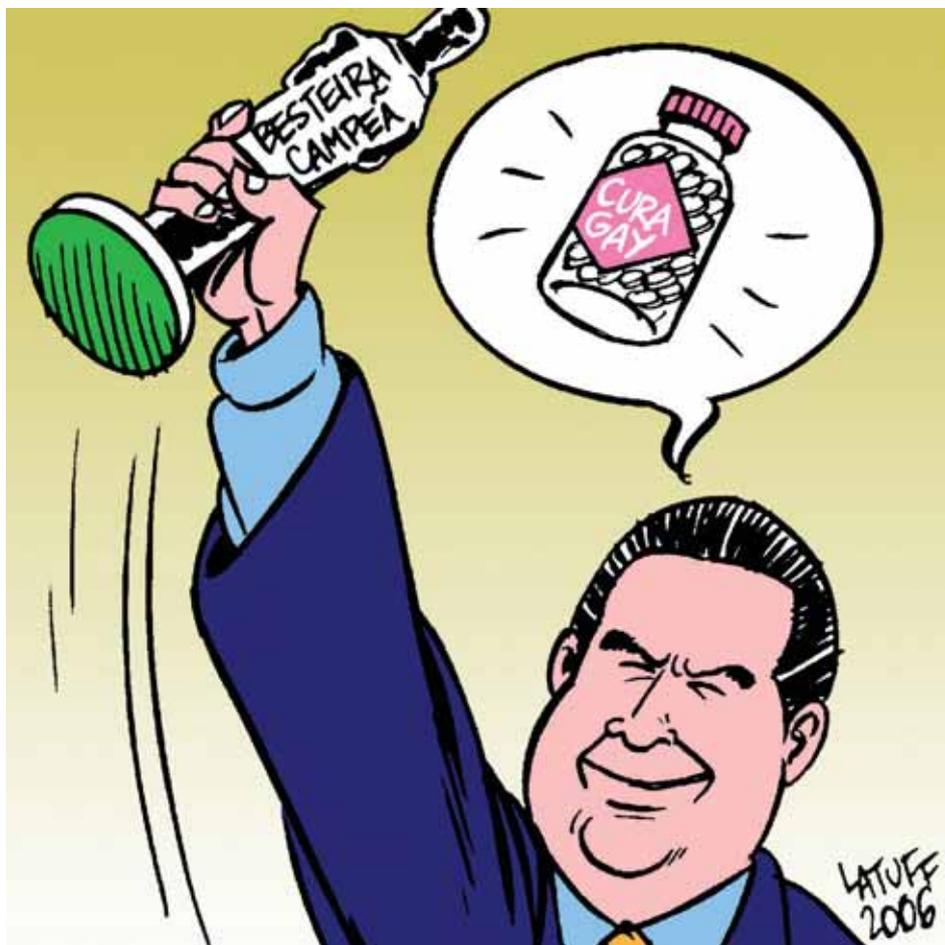
Amado leitor, no Brasil atual, com uma televisão tão ávida em propagar a bestialidade, com uma literatura tão “rica” em best sellers que não dizem nada, e com uma música tão pródiga em “músicos” sem talento, foi difícil escolher a besteira campeã para começar nossa coletânea. Ainda, nada mais pródigo que a política nacional em bobagens. A direita, com inclinações fascitoides, homófoba, racista, não podia deixar de levar a taça da maior bobagem.

“The oscar goes to”: o deputado homófobo carioca, Edison Fonseca, decidiu curar a homossexualidade. Num retorno à época medieval, ele crê que ser gay é doença, e queria criar uma fundação, ONG, sei lá, com fundos públicos para salvar os efeminados. Meu primo gay, feliz e assumido, o Gaudêncio dos Pampas, vibrou com a idéia; eu não entendi bem o porquê, achei que ele tinha pirado de vez, mas aí ele me explicou:

– Imagina aquele monte de gay junto, como se fosse um GA (Gays Anônimos), contando seus causos, e eu lá no meio, babando... Quando um disser que caiu na tentação e, depois de 24 dias sem papar um bofe, não resistiu à imagem de um peito cabeludo e se entregou... Já vou ficar com as mãos frias, todo molhadinho, escolho um bofe e levo direto para meu cafofo. Este Gaudêncio! Consegue ver utilidade nos trastes mais inúteis.

Na mesma esteira da anterior, no governo da Garotinha, eis que surge uma lei anti-sarro. O deputado Picciani – que ficou famoso por ter sido acusado de manter, em condição de escravos, trabalhadores nas terras dele – mostrou que é um grande “democrata e feminista”.

Em ano de eleição, ele criou uma lei hipócrita, que segrega as pessoas por sexo, ao criar um vagão exclusivo para as mulheres, no horário do rush, em trens e metrô.



Fiscalizar as companhias privatizadas, que vivem mamando nas tetas do Estado, necas. Criar condições dignas para que homens e mulheres viajem confortavelmente, necas. A lei ilegal esquece que tratamento especial só para pessoas especiais, ou seja, gestantes, mães com crianças de colo, idosos e deficientes. Estes continuam a ir amarrotados em vagões superlotados.

A cena atual, no horário do rush, é patética. Ao lado do vagão segregado, do compartimento das luluzinhas, fica praticamente o compartimento dos bolinhas. A inspiração deve ter sido os colégios internos segregados por sexo. Ficam algumas questões, que alegremente, minha amiga feminista, Rosa Lilás, me fez:

– Fulgêncio, quer dizer que se o vagão para mulheres é para os homens

não as sarrarem, nos outros vagões o sarro está liberado? E se uma lésbica estiver me sarrando, o que eu faço? Vai ser criado um vagão só para homossexuais também? Outro só para idosos? Outro só para gestantes?

Bem, eu vi uma cena engraçada, duas moças correndo, horrorizadas, de dentro do vagão segregado e dizendo “credo”, ao se deparar com um vagão só de mulheres. Uma disse para a outra: – Cruzes, não tem um homem bonito para a gente ficar olhando neste vagão, vamos para o outro!

Qual será a próxima iniciativa do “progressista” deputado, o uso de burca?

(*) Escritor, alcoólatra e hipocondríaco, escreve de graça para esta coluna por falta de coisa mais útil para fazer.

Mande suas besteiras para o Fulgêncio: mobbral@sisejuferj.org.br

Quando começa a Revolução cubana

Mário Augusto Jakobskind

Na madrugada de 26 de julho de 1953, em Santiago de Cuba, centenas de jovens se preparavam para entrar para a história de um país mergulhado em uma ditadura chefiada pelo sargento Fulgêncio Batista; que assumira o poder por meio de um golpe de Estado, em março de 1952.

O comandante do grupo, que veio a ser conhecido como o da Geração Centenária (em homenagem ao mártir da independência cubana, José Martí, nascido um século antes, em 1853) proclamava: "Dentro de poucas horas vocês serão vitoriosos ou derrotados, mas, independentemente do resultado, este Movimento triunfará..." Vocês já conhecem os objetivos do nosso plano; é um plano perigoso, e aqueles que me seguirem terão de fazê-lo voluntariamente". Fidel Castro, então advogado de 27 anos, filiado ao Partido Ortodoxo, de tendência nacionalista moderada, era o cabeça do movimento que reunia 148 pessoas, a maioria jovens, entre eles duas mulheres, Melba Hernández e Haydée Santamaria.

Este fato histórico pode ser considerado o início do processo revolucionário que culminou, em 1º de janeiro de 1959, com o fim da ditadura de Batista e a ascensão da Geração Centenária. Em 26 de julho o plano era tomar de assalto o quartel de Moncada, a maior guarnição militar de Santiago de Cuba, pegar as armas e distribuí-las ao povo para a derubada da ditadura.

O plano não deu certo, apenas momentaneamente. Fidel foi preso junto com outros participantes da ação, entre os quais, o irmão Raúl Castro, Abel Santamaria (irmão de Haydée, também presa junto com Melba). Outros 69 foram exterminados pela repressão de Batista. Fidel foi preso em uma choupana na entrada da Sierra Maestra, palco da guerrilha, que anos mais tarde triunfaria e faria com que Cuba se tornasse o primeiro país socialista da América Latina. Fidel fez a sua própria defesa no julga-



Reprodução

Fidel Castro: comandante da Geração Centenária.

mento, numa peça jurídica que veio a se tornar um documento histórico intitulado: "A História me absolverá", no qual ele apresentava uma radiografia da época em que Cuba era conhecida como o "prostíbulo" do Caribe, paraíso da máfia e de milionários estadunidenses. O ditador Batista achava que a defesa de Fidel Castro, pedindo liberdade política, independência econômica e justiça social, não passasse de uma peça folclórica.

Condenado a vários anos de prisão, Fidel Castro acabou anistiado e, em maio de 1955, adentrava Havana, saudado por uma multidão, que o aguardava na estação ferroviária. Poucas horas depois, nas-

ceria o Movimento 26 de Julho. Em seguida, Fidel foi para o México, exilado, junto com o irmão. Lá, ele conheceu um médico argentino, de nome Ernesto Che Guevara, que se incorporaria à luta do povo cubano e entraria para a história.

Do México, no iate Granma, 81 pessoas foram para Cuba. Logo no desembarque, em 2 de dezembro de 1956, enfrentaram as tropas de Batista. Apenas 12 homens escaparam ao cerco e foram se embrenhar na Sierra Maestra, para, finalmente, depois de muita luta, alcançarem o objetivo final, em 1º de janeiro de 1959. Uma revolução que começou com o assalto ao quartel de Moncada ■

A opção pela dependência

Pesquisadora brasileira rebate justificativas para escolha do padrão japonês para a TV Digital. Brasil poderia ter o seu próprio padrão no final deste ano

Dafne Melo*

Reprodução

Embora as empresas de radiodifusão sempre tenham deixado claro a preferência pelo padrão de modulação japonês de TV Digital, o governo nunca apresentou, de forma consistente, uma argumentação que justificasse sua escolha. Do lado das empresas, Regina Mota, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), explica que o padrão ISDB (japonês) "muda, sem mudar nada", ou seja, mantém o quadro antidemocrático das comunicações no país. Já da parte do governo, as justificativas ficaram sempre no discurso tecnológico.

Entretanto, aponta Regina, é que nesse campo, os argumentos são mais frágeis. "Nossa tecnologia (a de um padrão brasileiro) é mais avançada do que a que vamos importar dos japoneses", garante a pesquisadora, que classifica de "falácia" o argumento de que o Brasil ficaria isolado se desenvolvesse tecnologia própria.

Regina também conta que pesquisadores do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) afirmaram que o padrão japonês encontrará muitas dificuldades para funcionar perfeitamente no Brasil. Principalmente, no que diz respeito à transmissão do sinal para a totalidade do país.

Coração estrangeiro

O decreto assinado por Lula, definindo a escolha pelo modelo japonês, também determina que tecnologias nacionais serão utilizadas, mas não se sabe ainda a proporção destas mo-



dificações. O fato é que o padrão, considerado o "coração" de um sistema, será estrangeiro. O que pouco se sabe é que em um dos consórcios de pesquisa do SBTVD, financiados pelo governo federal, foi desenvolvido um padrão de modulação brasileiro na PUC-RS, o qual, com o financiamento necessário, poderia estar finalizado, pronto para entrar nas fábricas, no fim deste ano.

Tal fato põe por terra a "pressa" em definir o padrão, critério usado

principalmente pelo homem da Rede Globo no governo, o ministro das Comunicações, Hélio Costa. Em inúmeras ocasiões, Costa afirmou que se fosse desenvolver um sistema genuinamente brasileiro, o país estaria perdendo tempo e se atrasando em relação a outros países. Vale lembrar que a China só irá finalizar seu sistema em 2008 e que, mesmo no Japão, nem todas as cidades recebem o sinal digital.

Opção pelo atraso

Para Regina, a decisão, além de ter perdido a oportunidade de criar um sistema que atendesse às deficiências e demandas específicas do Brasil, também se perdeu a oportunidade de investir no desenvolvimento da pesquisa e indústria brasileiras.

"Atrasado é a mentalidade desse governo, que acha que a gente só tem que exportar soja. Esse resultado é a prova do nosso arcaísmo, Lula provou que não acredita na potencialidade científica do país", protesta.

A pesquisadora também afirma que, do modo como será implementada, a TV Digital certamente não vai atingir aqueles que mais precisam dela.

"Vai chegar para aqueles que hoje já têm poder aquisitivo para ter internet, acesso a jornais e revistas", diz.

Gustavo Gindre, jornalista do Coletivo Interozoes, compartilha da mesma opinião: "Como foi concebida, apenas aumentará a desigualdade informacional que já existe", afirma. ■

(*) Jornalista do Brasil de Fato

Pararem o G

As fotos falam por si sós. Para nós, não importa se as vítimas são libanesas, israelenses ou palestinas. Todas são civis inocentes, vítimas de uma guerra suja. De forma alguma apoiamos qualquer ato terrorista, seja do Hezbollah, do Hamas, ou de qualquer outro grupo. Todavia, esses atos não justificam um tipo de terrorismo ainda pior, o terrorismo de Estado, que vem sendo praticado pelo governo de Israel.



enocídio!

Basta de guerras e de violência. Esse tipo de ação, como demonstram os fatos das últimas décadas, só provocam mortes de inocentes. Libaneses, israelenses, palestinos e o mundo inteiro estão cansados de guerras.

Veja o posicionamento de uma entidade judaica progressista, com sede no Rio de Janeiro, a Associação Scholem Aleichem (ASA), que condena todo tipo de terrorismo.

Parar a guerra, voltar à negociação

A grave escalada militar no Oriente Médio traz enorme preocupação. Populações civis libanesas, israelenses e palestinas estão sendo pesadamente atingidas. A destruição maciça de bens urbanos está inviabilizando o funcionamento de cidades inteiras. O deslocamento forçado de milhares de pessoas despedaça famílias e agrava a crise humanitária que sempre aparece em tempos de guerra. A rotina de grandes massas populacionais se deslocou para dentro de abrigos subterrâneos, estradas, escolas e parques públicos.

A comunidade internacional, aí incluídos estados e organizações, reage muito lentamente. Enquanto isso, o conflito ceifa centenas de vidas e dá sinais de recrudescimento. Prevalece uma cultura da violência, embora não haja solução militar para o conflito na região.

A Associação Scholem Aleichem (ASA), fiel às posições que tem publicamente defendido sobre o Oriente Médio, manifesta que:

1. O terrorismo, de qualquer origem, é inaceitável e merece o mais claro repúdio. O ataque a alvos civis, porém, é igualmente con-

denável e, por isso, é imperativo que se respeitem as Convenções de Genebra, que protegem as populações civis em caso de guerra.

2. Um cessar-fogo imediato é tarefa prioritária. Para que seja duradouro, deve contar com a presença urgente de forças internacionais que assegurem a paz nas fronteiras de Israel com o Líbano e a Faixa de Gaza.

3. Não há solução viável para o conflito palestino-israelense fora da fórmula "dois povos, dois estados". Para isso, é indispensável que se retomem as negociações entre os representantes legítimos das duas partes, evitando-se as iniciativas unilaterais. A criação de um Estado palestino, com fronteiras internacionalmente reconhecidas e ao lado de Israel, esvaziaria os grupos que apostam no confronto.

4. O acatamento às resoluções da ONU não pode ser seletivo. Todas elas devem ser respeitadas.

5. Um possível fortalecimento do anti-semitismo, como resultado das ações israelenses, deve ser prontamente rechaçado, numa ação conjunta das comunidades judaicas com as forças democráticas de todos os países.

Escola Milton Santos: uma história de longa luta pela terra

Reprodução

Neste momento, em que foi fundado o "Comitê em defesa da Escola Milton Santos", um dos Centros de Educação do Movimento dos Sem Terra (MST), ameaçada de despejo pela prefeitura de Maringá, lembramos a todos que, a história da formação da sociedade brasileira é a história de uma longa luta pela terra. O centro é responsável pela formação de Técnicos em Agropecuária, com ênfase em Agroecologia.

Indiscutivelmente, nossa trajetória histórico-social é marcada pela monopolização da propriedade e pela exploração da Terra. No entanto, os membros desse Comitê entendem que a terra é social e histórica e mais ainda, o camponês sem a terra, de certa forma, é um desenraizado. No Brasil, a questão da terra não foi enfrentada, a reforma agrária na maneira como é proposta pelos nossos governantes, via de regra, é uma operação econômica, nem sempre acompanhada de medidas políticas que possibilitam o engajamento do trabalhador rural no sistema nacional de poder.

Contrária a esse ciclo vicioso, a Escola Milton Santos do MST, em Maringá, desenvolve um projeto de transformação dessa crônica realidade e caminha em um sentido de construir mecanismos emancipatórios para os trabalhadores da terra. A escola está localizada numa área pública (no limite com o município de Paissandu), cedida oficialmente em 2004, por 20 anos, em concessão de uso a título gratuito, pela Prefeitura do Município de Maringá, ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da



Reforma Agrária (Itepa) e à Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Na época, vale lembrar, haviam no local ruínas de um projeto de indústria de cerâmica que jamais funcionou e serviam como depósito de lixo e espaço de prostituição. Hoje, no mesmo local, encontramos o Centro de Educação e Capacitação para o desenvolvimento da Agroecologia. É um espaço de formação de trabalhadores rurais e urbanos, no qual, estudaram 188 educandos e educandas de Maringá e outros municípios paranaenses. O curso técnico permanece em parceria com a Escola Técnica da UFPR. Todavia, num movimento contrário à história, a escola foi notificada que dois hectares da área haviam sido doados à Secretaria de Estado da Justiça, para construir uma Casa de Detenção Provisória. Essa medida, deixa de fora a concessão da

sede da escola, onde funcionam sala de aula, refeitório, cozinha, biblioteca, sala de informática, secretaria, ciranda infantil, banheiros e alojamento. Somos contra essa ação descabida e antidemocrática, que fecha escolas, quando deveria multiplicá-las, e abre presídios.

Este comitê defende a permanência e a continuidade da Escola Milton Santos e neste sentido, nossas ações orientam-se pela força das palavras de um outro professor que lutou e deixou saudades, Octavio Ianni. Certa vez, ele escreveu: "A nação renasce, segundo os movimentos do seu povo, forças sociais, formas de trabalho e vida, lutas e utopias" (1992) ■

(*) Texto lido no ato de fundação do Comitê em defesa da Escola Milton Santos, em 28/06/2006, Maringá-PR.

Violência doméstica: um passo à frente



Márcia Bauer*

A violência contra as mulheres é mais um fator da desigualdade entre os gêneros, que tem como pilar fundamental a construção sócio-cultural que não encontra respaldo nas diferenças biológicas. A constituição dos espaços públicos e privados, isto é, as relações intrafamiliares foram historicamente interpretadas como restritas e privadas, proporcionando a complacência e a impunidade. O movimento feminista, há muito tempo, alerta que, frases do tipo “em briga de marido e mulher, ninguém botou a colher” fazem com que a violência e a impunidade andem de mãos dadas. A situação é retransmitida por toda uma vida. A violência instalada no seio familiar é reproduzida de alguma maneira fora dela, isto é, uma criança que sofre violência ou que assiste a cenas brutais, certamente irá reproduzi-la fora de casa. Pode-se dizer que a violência é um círculo vicioso.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República, juntamente com diversos órgãos governamentais que discutem as políticas públicas dirigidas às mulheres,

encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto Lei de Conversão 37/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A proposta dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O Projeto foi aprovado pelo Senado Federal no dia 4 de julho deste ano. Trata-se de mais uma forma de combater à violência física, sexual e moral contra as mulheres no âmbito doméstico. A proposição proíbe a aplicação de penas pecuniárias (cestas básicas e multas), como até hoje eram tratados os casos de violência, e institui juizados com competência cível e criminal. Com a aprovação deste projeto, o Brasil cumpre os acordos internacionais da Convenção de Belém do Pará e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres (CEDAW).

O Brasil é signatário de diversos pactos internacionais e este é um importante passo para as brasileiras – que não são poucas – que vivem no seu cotidiano familiar as mais diversas formas de violência, conforme as pes-

quisas do IBGE e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), no final da década de 1980, constataram que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos e são praticadas por pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas. A Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2001, que investigou diversos temas envolvendo a condição da mulher, na projeção do item “Violência contra a Mulher”, indica que pelo menos 6,8 milhões de brasileiras já foram espancadas pelo menos uma vez. Através desta pesquisa projeta-se que 175 mil mulheres teriam sido espancadas por mês, uma a cada quinze segundos.

Medidas governamentais como estas devem vir acompanhadas de ações integradas entre os poderes públicos, em todos os níveis, com os meios de comunicação, com as organizações não governamentais e os movimentos sociais; mas, antes de tudo, a sociedade como um todo deve se responsabilizar pela propagação do tema “mulher livre de violência” e pela igualdade entre os gêneros ■

(*) Assessora Política do SISEJUFÉ-RJ

Uma prática comum que se repete no Brasil



Cecília Coimbra: vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais

Mário Augusto Jakobskind

O tema defesa dos direitos humanos no Brasil ainda é um dos temas de grande preocupação dos cidadãos com um mínimo de consciência. A mídia conservadora sempre procura induzir a opinião pública a aceitar formas discutíveis e pouco eficazes de se combater a delinquência e o crime. A prática tem sido a de sempre, com componentes que remetem aos períodos ditatoriais da história do país, prevalecendo os velhos estereótipos de sempre.

Nesta entrevista exclusiva à *Idéias em Revista*, a vice-presidente do grupo *Tortura Nunca Mais*, Cecília Coimbra, faz uma comparação do período em que os presos políticos, sendo ela um deles, sofriam torturas nos porões da ditadura e o que acontece hoje com os presos considerados comuns.

Ela analisa a estratégia comumente utilizada pelas autoridades do país, em matéria de combate a violência urbana, uma prática violenta e ineficaz. A íntegra desta entrevista pode ser encontrada no portal do SISEJUFE-RJ, <http://sisejuferj.org.br>

Idéias em Revista – 26 de junho foi o Dia Internacional de Luta contra a Tortura. Como foi lembrado no Brasil?

Cecília Coimbra – É ainda muito pouco conhecido. Na realidade, o que a ONU votou foi um dia de apoio à luta das vítimas da tortura. Como nós do Tortura Nunca Mais do Rio questionamos um pouco essa forma que se coloca a vítima, não gostamos muito desse nome. Produz uma pessoa despotencializada e fragilizada. Então aqui no Brasil, inauguramos esse movimento, há uns cinco anos denominando de Dia Internacional de Luta contra a Tortura. A cada ano temos feito

eventos. O deste ano foi no dia 3 de julho, porque no dia 26 não havia local disponível. Há sempre um tema atual em relação à questão da tortura em discussão. O deste ano, que eu considero muito sério, que está sendo exportado via Estados Unidos, é a questão do mal menor. A tortura enquanto mal menor.

Idéias – Como assim?

CC – Ou seja, você está numa situação de guerra, esse é o argumento com o qual se justificam alguns juristas norteamericanos. Isso está inclusive no Congresso estadunidense para ser votado. No momento que uma pessoa detém determinadas informações, e essas informações colocam em risco a vida de outras, ou a vida de uma cidade, de uma comunidade, é válida ou não essa pessoa ser torturada para que essas informações sejam conhecidas? Na realidade, é uma legalização da prática da tortura.

Idéias – A história mostra que no período da guerra da Argélia foi muito discutido isso. Os franceses ensinaram a tortura na Argentina, aqui no Brasil deram uma assessoria.

CC – Essa é uma questão que volta agora, principalmente após o 11 de setembro, quando uma série de direitos e garantias constitucionais foram varridos dos Estados Unidos. No evento do dia 3 de julho, a tortura usada oficialmente, legalmente, em algumas situações, foi discutida em uma mesa redonda muito importante, muito interessante, com a participação de companheiros como Marcelo Freixo da ONG Justiça Global, Vera Malagute Batista, do Instituto Carioca de Criminologia.

Idéias – E a política de tolerância zero?

CC – Isso é dito inclusive por um sociólogo que trabalha muito com a questão das prisões nos Estados Unidos e com essa chamada política de tolerância zero, que é o Loïc Wacquant. Ele diz que para a qualidade de vida de alguns, tolerância zero na maioria. Ou seja, crimi-

naliza-se toda e qualquer atitude que possa ser suspeita. Então, a grande questão hoje, que para nós é seríssima, é que parte da população brasileira acha, e a mídia amplifica, que extermínio de alguns e tortura em outros é até necessário em alguns momentos.

Idéias – Como tem sido a atuação do Tortura Nunca Mais nesses 21 anos de existência?

CC – Nós completamos a maioria desse ano, quem dera nós não precisássemos existir. Quem dera, que ao longo desses 21 anos, efetivamente, a história do período da ditadura tivesse sido contada, que a gente pudesse saber onde foram enterados os desaparecidos e pudesse saber quem foram aqueles que seqüestraram, torturaram, ocultaram cadáveres, assassinaram os opositores políticos.

Idéias – E ocupam cargos hoje de confiança?

CC – Justamente. Ocupam cargos e são condecorados. Cargos no Brasil e no exterior. Então, ao contrário, quando a gente fala da questão da impunidade não quer, em momento algum, apoiar a onda de endurecimento de pena, em absoluto. Quando a gente fala da impunidade que aduba esse país, é da impunidade daqueles que detêm cargos no Estado, que cometem crimes em nome da dita segurança nacional, que hoje é em nome de outra segurança, mas os crimes são cometidos, e nada acontece a esses senhores. A questão dos arquivos secretos da ditadura é uma vergonha.

Idéias – A propósito, como está esse assunto?

CC – Não está. O único arquivo aberto, inclusive para os pesquisadores, é o dos Departamentos de Ordem Política e Social, dos DOPs, que são arquivos que pertencem aos governos estaduais.

Idéias – Uma pergunta do diretor do SISEJUFE-RJ Flávio Prieto: qual o sentido atual da existência do grupo Tortura Nunca Mais?

CC – Justamente essa, mostrar que aquilo que aconteceu há 40 anos não está superado. Não é página virada de nossa história coisíssima nenhuma, porque é uma página pouquíssimo conhecida. Então o grupo Tortura Nunca Mais tem uma grande vantagem, porque os seus militantes participaram do período da ditadura. E conhecem todas as tramóias que uma ditadura militar impôs ao país, e se sente até bastante alerta hoje no sentido de ver o que a atual ditadura de mercado está fazendo. Com as torturas, com as violações de direitos humanos. Não só as que aconteceram naquele período, mas aquelas que acontecem hoje...

Idéias – Os chamados criminosos comuns?

CC – Isso. Os ditos presos comuns. Os dispositivos sofisticados que foram usados naquela época, a questão do desaparecimento, era uma prática muito pouco conhecida do Brasil antes da ditadura. Quase não se desaparecia com preso comum. Hoje, o número de desaparecidos comuns é altíssimo. Isso foi aprendido com a ditadura militar. Uma outra questão que hoje é muito utilizada e que foi inventada pela ditadura são os autos de resistência. Simplesmente mata-se o sujeito, ou extermina, ou é dado o tiro de misericórdia após as torturas que o sujeito sofre, e é registrado como se o sujeito tivesse resistido à prisão.

Idéias – Outra pergunta do Flávio Prieto. O que a senhora tem a dizer às pessoas que duvidam que tenha existido tortura no Brasil justificando que ela tenha atingido somente “terroristas” e pessoas de fato perigosas?

CC – Pois é, o que quer dizer de fato perigosas? O perigoso é produzido. No meu trabalho de pós-doutorado, que fiz no Núcleo de Estudos da Violência da USP, eu procuro pensar como é essa ligação entre pobreza, criminalidade e periculosidade. Isso é produzido ao longo da história do Brasil. Quem é o perigoso? Eu fui perigosa, você foi perigoso durante a ditadura, porque nós éramos



Para Cecília Coimbra, o público tem que ter mais conhecimento dos trabalhos da Justiça.

contra o regime e feríamos a chamada doutrina de Segurança Nacional. O que é perigoso hoje?

Idéias – Possivelmente somos perigosos para o capital financeiro?

CC – É, acho que somos, com as coisas que a gente fala. A primeira questão é a gente pensar o que é perigoso. Quem produz o perigoso? Como ele é produzido ao longo da história do Brasil?

Idéias – Em relação a América Latina, uma outra questão: como está vendo o Brasil no contexto atual de direitos humanos na América Latina? Em outros países já foram feitos mais progressos nessa área, por quê?

CC – O Brasil é o mais atrasado. O Estado brasileiro não assumiu nada

até hoje. Só uma pifiazinha de uma lei que dá indenização, que a gente chama de reparação financeira, como uma forma de calar a boca das pessoas. Com toda a presença de Pinochet no Chile, o modelo chileno é mais avançado do que o do Brasil. Com relação à questão da segurança pública militarizada hoje, a questão da violação dos direitos humanos, o quadro é idêntico.

Idéias – Que recado você daria para o pessoal do Judiciário?

CC – Além do Executivo e do Legislativo, o Judiciário e os meios de comunicação de massa (tanto que a mídia é considerada um quarto poder) são importantíssimos, no sentido de tentar democratizar um pouco mais algumas questões. Veja bem, sabemos que a justiça é uma justiça de classe, no capitalismo. Eu não

tenho a mínima ilusão que a gente possa ter uma justiça democrática no regime capitalista. Agora, eu acho que alguns passos podem ser dados.

Idéias – Por exemplo?

CC – Uma maior transparência. Eu acho que uma revista como essa de vocês, para os servidores da Justiça, é importantíssimo no sentido de que essas questões possam ser discutidas e ventiladas. Que as pessoas não se fechem, porque a Justiça é uma máquina muito pesada, muito cristalizada e muito hierarquizada. O público tem que ter mais conhecimento dos trabalhos da Justiça. É preciso uma transparência maior dessas práticas, uma ligação maior com a população a qual a Justiça atende. Ela existe para atender essa população, para fazer justiça, e nem sempre ela consegue ■

A vedete aposentada

Laerte Braga

O ex-presidente Itamar Franco é só um projeto pessoal. Não mete a mão no bolso de ninguém. Neste momento lembra uma vedete gorda, velha, cheia de celulites, aposentada e tentando, desesperadamente, uma ponta num filme qualquer à guisa de sobreviver e destilar o que Tancredo Neves chamou de “veneno guardado no congelador”. O apoio de Itamar Franco a Geraldo Alckmin é o atestado da absoluta falta de vergonha do político mineiro.

Vai nas águas de FHC outra vez. Tudo porque perdeu a convenção do PMDB. Não conseguiu ser candidato a senador. Um erro do partido?

Claro. Mas não justifica o chique da vedete. Falta de compromisso com outra coisa qualquer que não seja ele próprio e seu ego descomunal.

Itamar começou sua carreira política no antigo PTB. Perdeu duas eleições, vereador e vice-prefeito, respectivamente em 1958 e 1962, em Juiz de Fora, sua cidade. Em 1966, posando de adversário da ditadura, elegeu-se prefeito pelo ex-MDB. Contou com o apoio decisivo de Tancredo Neves. Prefeito, tratou de se arrumar com Mário Andreazza, então ministro dos Transportes. Nomeou um sobrinho do general, comandante da IV Região Militar, para o seu gabinete; limpou a barra com a ditadura e só não foi para a Arena por conta de uma



rebelião em seu secretariado, comandada pelo secretário de Educação, Murílio Hingel (mais tarde ministro em seu governo).

Genioso, cheio de tiques, dado a acessos e desmaios, brigou com o seu sucessor, virou prefeito outra vez em 1972 e foi “inventado” por Tancredo como candidato ao Senado, em 1974, ainda no MDB. Novamente prefeito, protagonizou um episódio típico do seu jeito de ser. Meia-noite, prazo de desincompatibilização e nenhuma decisão. O presidente da Câmara Municipal, Waldecyr Martins, atrasou o relógio dez minutos e, finalmente, chegou a renúncia. Na esteira da reação popular virou senador.

Atribui-se a Itamar Franco a condi-

ção de ter nascido virado para a lua. Tudo lhe cai ao colo, ou pelo menos lhe caiu até determinado momento. Senador, ajeitou-se aqui e ali e protagonizou um acordo sui generis com Albano Franco, que nomearia uns amigos de Itamar e Itamar nomearia uns amigos de Albano.

Em 1982, quando Tancredo fundou com Magalhães Pinto o Partido Popular Progressista (PPP), foi indicado candidato a governador pelo PMDB. A fusão entre PMDB e PPP resultou na candidatura Tancredo Neves. Itamar teve que aceitar ser candidato à reeleição. Perdeu a convenção para Simão da Cunha. O partido podia lançar até três candidatos.

Itamar não admitia, no entanto, ter menos votos que Simão. Tancredo chamou Renato Azeredo, encarregado da ata e mandou: “bota os votos do Simão para o Itamar e os do Itamar para o Simão, senão o homem desmaia”. Foi o que aconteceu. Reeleito, tentou o governo em 1986.

Perdeu para Newton Cardoso. Saiu do PMDB pela primeira vez. Correu para o PL de Álvaro Valle.

Em 1989, desgastado e sem condições de ser reeleito, um golpe de sorte. Virou vice de Collor. Trocou novamente de partido, foi para o Partido da Renovação Nacional (PRN).

Virou vice-presidente e presidente da República. Agora, Itamar está aí. Destilou seu veneno ao dar apoio a Alckmin ■

Escola Base: revista Veja é condenada a pagar R\$ 750 mil de indenização

Reprodução

A Editora Abril, responsável pela publicação da revista *Veja*, foi condenada em, 20 de junho deste ano, pela 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), a pagar indenização de R\$ 250 mil a cada uma das três vítimas do caso conhecido como Escola Base. Os valores serão corrigidos desde a data da sentença do juiz Hélio Marques de Faria, da 10ª Vara Cível da Capital, proferida em 2003. Os advogados Alexandre Fidalgo e Lourival J. Santos, que representam a Abril, disseram que vão recorrer da decisão.

Um voto com mais de 100 páginas, o relator Elcio Trujillo pretendia reformar a sentença de primeira instância e condenar a Abril em valor inferior ao dado pelo juiz da 10ª Vara Cível. Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, donos da Escola Base, e Maurício Monteiro de Alvarenga, motorista de transporte escolar, recorreram.

Em março de 1994, a imprensa publicou reportagens sobre seis pessoas que estariam envolvidas em caso de abuso sexual de crianças, alunas da Escola Base. Jornais, revistas, emissoras de rádio e de TV basearam-se em fontes oficiais – polícia e laudos médicos – e em depoimentos de pais de alunos. Quando o erro foi descoberto, a escola havia sido depredada, os donos estavam falidos e eram ameaçados de morte em telefonemas anônimos. As informações foram repassadas à mídia pelo delegado Edécio Lemos, a partir do depoimento de duas mães de alunos. O inquérito foi arquivado.

Outras condenações

Não é a primeira vez que os acusados ganham uma ação referente

ao caso. Em maio deste ano, a 10ª Câmara de Direito Privado condenou a Editora Três, responsável pela publicação da revista *IstoÉ*, a pagar indenização no valor de R\$ 360 mil aos ex-proprietários e ao ex-motorista da Escola Base. Em março, foi a vez do SBT. O juiz César Santos Peixoto, da 26ª Vara Cível de São Paulo, estipulou o pagamento de R\$ 900 mil de indenização por danos morais às vítimas do caso. Outras empresas de comunicação foram condenadas pelas notícias divulgadas. É o caso dos jornais *Folha de S. Paulo* (R\$ 750 mil) e *O Estado de S. Paulo* (R\$ 750 mil) e da TV Globo (R\$ 1,35 milhão). Em todos os casos cabe recurso.

A *Folha de S. Paulo* foi condenada pela 6ª Câmara de Direito Privado do TJ paulista a pagar indenização por danos morais. Na ocasião, os desembargadores Sebastião Carlos Garcia (relator), Isabela Gama de Magalhães (revisora) e Magno Araújo (3º juiz) reformaram sentença de primeira instância e reduzi-

ram o valor a ser pago a cada uma das vítimas de R\$ 450 mil para R\$ 250 mil.

Na área cível, várias ações foram propostas. A primeira delas, contra o estado, reclamava indenização por danos morais e materiais. Em 1996, o juiz Luís Paulo Aliende mandou o governo paulista pagar cem salários mínimos – R\$ 30 mil em valores atuais – ao casal proprietário da escola e ao motorista Maurício Alvarenga. O advogado Kalil Rocha Abdalla, achou pouco e recorreu ao TJ paulista reclamando 25 mil salários mínimos. O tribunal julgou o recurso e fixou o valor de R\$ 100 mil para cada um. Pela decisão, a professora Maria Aparecida Shimada iria receber, ainda, uma pensão vitalícia por ter sido obrigada a abandonar a profissão. Passado mais de 11 anos, nenhuma das vítimas envolvidas viu a cor do dinheiro ■



Eles querem voltar. Por quê?

Ernesto Germano

As mudanças políticas ocorridas no país a partir dos anos 90 trouxeram para o cenário nacional temas como "abertura da economia", "competitividade", "privatizações" e "reforma do Estado". Um discurso que se apresentava como moderno e iniciado com Collor, transformouse na estratégia de oito anos de governo PSDB-PFL. Colocar o Brasil na rota da "modernidade" era a mágica que justificava a implantação de toda a receita do FMI e das instituições internacionais. Através de um severo programa de privatizações, em apenas oito anos a aliança tucano-liberal se desfez de nada menos do que 76% do patrimônio público nacional, vendendo empresas como a Vale do Rio Doce e todo o sistema Telebrás, para citar apenas as maiores.

A falta de investimentos públicos em infra-estrutura e o sucateamento do nosso parque industrial nos levaram aos terríveis dias dos apagões e racionamentos de energia. O projeto

liberal já havia traçado a meta de vender o parque gerador de energia brasileiro e quase o fez.

Antes de virar governador de São Paulo, por exemplo, Alckmin conduziu todo processo de privatização no estado. Segundo os números divulgados, arrecadou R\$ 32,9 bilhões (1995-2000), mas o Balanço Geral do Estado diz que a dívida paulista consolidada cresceu de R\$ 34 bilhões, em 1994, para R\$ 138 bilhões, em 2004. Onde foi parar o dinheiro? No mesmo "ralo" do FMI que levou também todas as outras estatais federais privatizadas por FHC.

Uma política "liberal" deixou o Brasil quase que dependente de um único parceiro comercial. Os laços que o país ainda mantinha com algumas outras regiões, em particular com a África e a Ásia, foram desprezados. Toda a atenção era voltada para fortalecer e assegurar o comércio com os EUA, o que deixava a economia nacional dependente das crises ou recuperações do dólar. O menor sinal de problema cambial nos deixava

vulneráveis a traumas como o de 1998.

O governo tucano-pefelista reduziu as reservas cambiais de US\$ 73 bilhões para US\$ 20 bilhões, multiplicou a dívida pública de 23% para 64% do PIB, quase que dobrou a dívida externa, desempregou 8 milhões de trabalhadores, reduziu o PIB brasileiro em 35% e levou o Brasil da 9ª para a 15ª economia do planeta. FHC quebrou o país três vezes, tendo que recorrer ao FMI e fazendo mais dívida!

Na área trabalhista, não se contentou com meias-medidas. Em oito anos de total comando sobre o Congresso, desfechou os mais violentos golpes contra os trabalhadores. Além de deixar o servidor público federal praticamente sem reajustes de salários durante os dois mandatos, foi às últimas conseqüências e fez aprovar uma legislação como a Lei 9.801/99 que autoriza demissões no funcionalismo "por excesso de pessoal" e regulamenta o afastamento do servidor estável.

Já em 1995, através de uma Portaria, incentivava as terceirizações nos serviços e um ano depois assina o Decreto 2.066 limitando a ação sindical no funcionalismo, estabelecendo as punições para servidores grevistas ■



Reprodução

Lições de um povo que se sentiu injuriado

Jacob David Blinder*

As eleições majoritárias e proporcionais de 2 de julho no México indicam para a América Latina a possibilidade de viabilizar alvissareiras e bem-vindas reformas políticas para o aperfeiçoamento das várias democracias formais existentes. Terá o mesmo efeito que a revolução bolivariana da Venezuela e a ascensão de Evo Morales na Bolívia tiveram ao demonstrar essas possibilidades nos aspectos ideológicos e políticos para seus povos.

Trata-se de uma verdadeira revolução cultural em que o povo denuncia e combate as práticas de maus costumes e hábitos renegados secularmente arraigados de elites acomodadas e insensíveis e ao mesmo tempo criam novas opções de lutas e de propostas corretivas.

No México atual não se aceita mais o roubo vergonhoso de resultados eleitorais e manipulações variadas para adulterar as legítimas manifestações populares colocadas nas urnas. O candidato Andrés Manoel Lopes Obrador, mais conhecido nacionalmente como AMLO do PRD resolveu liderar as denúncias sobre o roubo cometido contra sua candidatura e acompanhar as massas populares em gigantescos protestos públicos dando sinais claros que não quer conciliar com elites e oligarquias atrasadas politicamente. E qual a origem desta crise política institucional? Foram manipulações efetuadas pelo governo direitista de



Povo mexicano na rua se mobiliza contra fraude.

Vicente Fox, articulados com interesses externos espúrios e com forças políticas nacionais direitistas, para alterar resultados e dar a vitória ao candidato perdedor.

Essas manipulações foram comprovadas materialmente e já entregues formalmente às autoridades judiciais deste país, que incluem vídeos que mostram nitidamente pessoas vinculadas ao governo colocando irregularmente votos em urnas (urnas grávidas), manipulando atas eleitorais e denúncias sobre discrepâncias de informações em 52 mil urnas (25% do total), relacionadas a todos os distritos eleitorais do México e passando também por sofisticadas manipulações de atas e resultados no processo de apuração informatizada.

Será impossível o governo atual e as autoridades judiciárias legalmente constituídas justificarem as irregularidades, prevendo-se para o México

então três cenários. O primeiro é constatar fisicamente as irregularidades, corrigi-las e como consequência legalizar a vitória de Andrés Manoel Lopes Obrador que tomará posse em dezembro de 2006.

O segundo é atrasar o processo jurídico de denúncias e, na data marcada, empossar Felipe Calderón (que assumirá com fortes resistências populares). E o terceiro será um acirramento das manifestações populares que, aos milhões, criarão um fato político de novo tipo e, neste caso, na data legal, se constituirá um governo provisório, que marcará novas eleições dentro de garantias antifraude.

No México atual se trava uma luta que interessa a todos os latino-americanos, especialmente ao brasileiro, já que o país tem um tipo de eleição totalmente informatizada e nem por isso também imune a fraudes ■

(*) Médico Sanitarista

Palestina: UM SILÊNCIO REPUGNANTE

Atilio Boron*

Por vezes o silêncio é ensurdecedor. Nestes dias, o mutismo dos que se dizem defensores da democracia liberal, do mundo livre e da economia de mercado ressoa com estrépito. O regime genocida de Israel, herdeiro sinistro do seu verdugo nazista, está a perpetrar um crime inqualificável contra o povo palestino. Quando Bush caracterizou o governo do Hamas como “terrorista” e a União Européia avalizou essa infâmia, Tel Aviv sentiu-se respaldada e abriu as portas do inferno.

O bombardeio indiscriminado de populações civis indefesas, os atentados contra autoridades democraticamente eleitas da Palestina e a destruição de tudo o que encontraram na sua passagem foram as palavras de ordem do governo israelense. Os gabinetes dos principais ministérios foram destruídos, ministros, parlamentares e altos funcionários da Autoridade Palestina encarcerados, o abastecimento de eletricidade, para a metade do milhão e meio de habitantes que se apinham em Gaza, foi inutilizado pela aviação israelense, paralisando escolas, hospitais, oficinas e lojas, deixando os lares sem esse recurso vital.



Em mais uns poucos dias já não haverá água potável porque as estações de bombeamento deixarão de funcionar. Caminhos intransitáveis, campos abandonados, a frágil infraestrutura de Gaza é metódicamente arrasada perante a indiferença do mundo. Noite após noite, a aviação israelense sobrevoa esse pequeno território, lançando bombas de estrondo entre outras.

A ordem do valente e honrado primeiro-ministro

israelense, Ehud Olmert, foi terminante: “Que ninguém durma em Gaza”. O pretexto desta barbárie: a captura, pela resistência palestina, do cabo do exército israelense Gilad Shalit – captura, não seqüestro, uma vez que Shalit era membro de um exército invasor e foi capturado em combate, pelos seus inimigos. Perante isto, Tel Aviv negou-se a negociar com os seus captores um intercâmbio de

prisioneiros políticos – há umas 900 crianças e adolescentes palestinos presos em Israel, e mais de cinco mil adultos, todos qualificados como terroristas. Os cárceres de Israel, como os de Guantánamo, em Cuba, não recolhem seres humanos.

Quando o presidente iraniano exortou a “apagar Israel do mapa” o mundo foi comovido por uma onda de justificada indignação. Mas quando o governo de Israel leva à prática essa ameaça e apaga literalmente do mapa a Palestina, os líderes das “nações democráticas” e os seus apaziguados – os Vargas Llosa, Montaner, Zoe Valdéz e companhia – guardam um repugnante silêncio. Sua duplicidade moral é ilimitada. Podem justificar o seu silêncio qualquer coisa: inclusive um genocídio como o que está a praticar Israel na Palestina. Naturalmente, não duvidarão nem um instante em qualificar de “terroristas” as imperdoáveis palavras do presidente iraniano. Mas, quando o terrorismo de Estado não é declarado num discurso insensato, e sim sistematicamente praticado por um peão dos Estados Unidos, como Israel, sua consciência moral padece de um súbito adormecimento ■

(*) Cientista político argentino

Como foi o começo



Além da superfície em que vivemos há duas camadas celestes e uma subterrânea. Antes dessa disposição, um marido, indignado com um insulto da esposa começou a cantar, a fumar e a sacudir o chocalho. De repente, o solo de pedra se ergueu e formou a abóbada celeste. Um pessoal conseguiu se agarrar na pedra enquanto ela subia e se tornaram deuses. Não demorou muito e outra pedra começou a subir e ultrapassou a primeira. O pessoal que conseguiu se agarrar nesta foi morar bem no alto, no céu vermelho. A terra, agora sem pedras, se dissolveu na água e todos os homens, mulheres e crianças foram comidos por uma pira-

nha e por um jacaré muito grandes. Apenas dois homens e uma mulher se salvaram e foram morar em cima de uma babaceira.

Alguns homens e mulheres que submergiram e não foram comidos, passaram a habitar umas ilhas de um grande rio no mundo inferior. Um sol ilumina os diferentes patamares, mas cada patamar tem suas estrelas e sua luz. A lua, pelo menos a que nos ilumina, é um ser masculino que faz as mulheres menstruar porque transou com elas. O sangue delas pode ser visto ocasionalmente no céu amaciado todos os dias por um espírito feminino. Quando esse espírito acha que aca-

bou com o luxo, ele volta ao seu tamanho natural e ela começa a fatiá-lo outra vez. Há um caminho que sai da babaceira e vai até o centro da primeira camada superior. É o caminho dos deuses quando visitam a terra dentro das almas dos mortos que já se transformaram em deuses. Outro caminho vai para o primeiro céu. É o caminho das almas dos que acabaram de morrer. O aumento do número de mortos vai fazer a primeira pedra ficar muito pesada e ela vai cair matando muita gente. Os que sobram terão de viver juntos, cada qual no seu canto, os vivos, as almas e os deuses ■

O SISEJUFE-RJ firma mais um convênio em benefício dos filiados do Sindicato

A partir de agora os filiados ao SISEJUFE-RJ poderão encontrar diversos serviços realizados pela Rede Vale Muito de Benefícios.

Você terá direito, entre outros, aos seguintes serviços: Marcenaria, Carpintaria, Entulho, Exaustores, Dedetização, Organização de festas, Filmagens, Impermeabilização, Mudanças, Porta automáticas, Geradores, Gesso, Locação de automóveis



Rede Vale Muito de Benefícios Ltda.
Assessoria e Gerenciamento de Serviços e Benefícios

Rua São José, 40, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro
RJ, CEP 20010-020 Telefone: 3231-9021, Portal: www.valemuito.com.br

Em nome da vida

O fim da Guerra Fria deu ao neoliberalismo a hegemonia política, ideológica e militar do planeta. O Século XXI começou com o mundo economicamente globalizado e dividido por muros que separam as economias dos mais pobres das dos países mais ricos. O conflito Norte X Sul ocupou o espaço antes preenchido pela visão ideológica do mundo. Dois fundamentalismos ocuparam o espaço global: o religioso e o de mercado. Esse confronto se torna difícil de ser resolvido no plano da negociação porque cada lado vê o outro de forma absolutista, invertida e antagônica, ambos aferrados aos próprios conceitos de bem e de mal, reeditando, em plena revolução tecnológica, a visão de um mundo maniqueísta, dividido entre bem e mal, certo e errado.

No Oriente Médio, há mais de meio século, este ovo da serpente vem sendo gestado, num confronto, que desafia a modernidade e a luta pela paz, a luta entre israelenses e palestinos.

De um lado, Israel, que nasceu de um sonho socialista do povo judeu, foi aos poucos se tornando um aliado incondicional dos Estados Unidos, de quem hoje depende para sua sobrevivência; do outro, os países árabes, seus amigos e simpatizantes. Na verdade, ocorre uma disputa nos meios de comunicação ocidental para mobilizar a opinião pública internacional, com o objetivo de se consolidar no mundo um novo alinhamento ideológico, pró-israelenses ou pró-palestinos. A destruição das torres gêmeas em Nova York e o ataque dos Estados Unidos e da Inglaterra ao Iraque, mostram a irracionalidade

absurda dos dois lados do conflito.

O choque antagônico desses fundamentalismos está geograficamente distante do Brasil, entretanto, para nós, descendentes de judeus e árabes, e demais companheiros solidários com a paz, torna-se impossível ficar alheios aos interesses do capitalismo que patrocina a escalada desta guerra absurda e fratricida, entre nossos povos, que têm a mesma raiz étnica, histórica e religiosa. O petróleo vale tantas vidas humanas? Que estratégia geopolítica de poder justifica a morte sistemática e permanente de tantos seres inocentes? Que os Estados Unidos e seus interesses econômicos cessem sua ingerência na região.

Nós entendemos que a convivência no Oriente Médio é possível e necessária, desde que Israel se retire dos territórios ocupados e os árabes aceitem o Estado judeu, ao lado de um Estado palestino, ambos livres e soberanos em seus territórios. Que se construa uma verdadeira democracia na região

Unidos fraternalmente em nossos propósitos de paz, condenamos todos os fanatismos que disseminam o ódio e a violência. E sonhamos com a co-existência dos dois estados, por que não, socialistas e independentes, respeitando-se a ancestralidade cultural recíproca, num território que é o berço de três religiões.

Rio de Janeiro, julho de 2006.

Quem apoiar e quiser subscrever este manifesto, pode enviar mensagem para o correio eletrônico imprensa@sisejuferj.org.br